



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 1 / 2011

Tipo 01 BRANCA

CONTABILIDADE

A imagem de fundo mostra o edifício do Tribunal Superior Eleitoral, uma estrutura moderna com fachada de vidro e uma cúpula branca. O céu é azul com nuvens brancas.

Analista Judiciário

AJ-02

Organizadora:



INSTRUÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DAS PROVAS

Atenção! Você está recebendo um caderno de provas do tipo 1 (BRANCA). Portanto, **verifique se sua folha de respostas (prova objetiva) também se refere ao tipo 1** e se é coincidente com o registrado no rodapé de cada página. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.

INFORMAÇÕES GERAIS

1) Você receberá do fiscal de sala os materiais descritos a seguir:

- uma **folha de respostas** destinada à marcação das respostas das questões objetivas, numerada de **1 a 80**;
- uma **folha de texto definitivo** destinada à redação da prova discursiva, com o máximo de **35 (trinta e cinco)** linhas;
- este caderno de prova contendo **80 questões**, cada qual com 04 alternativas de respostas (A, B, C e D), e **um tema** para desenvolvimento da redação, com espaço para rascunho (de preenchimento facultativo).

2) Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal de sala** para que sejam tomadas as devidas providências.

3) Ao receber a folha de respostas e a folha de texto definitivo, você deve **OBRIGATORIAMENTE**:

- conferir seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição e o número do documento de identidade;
- ler atentamente as instruções para a marcação das respostas das questões objetivas e redação do texto da prova discursiva;
- marcar na folha de respostas (prova objetiva) o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno que você recebeu;
- assinar ambas as folhas, nos espaços reservados, com caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta.

4) As questões objetivas são identificadas pelo número situado acima do seu enunciado.

5) Na redação do texto da prova discursiva, o candidato deverá observar as seguintes regras:

- a primeira parte da folha de texto definitivo destina-se a garantir a segurança na identificação do candidato que está realizando a prova. Esta parte será destacada pelo fiscal no término da prova, garantindo a desidentificação da parte destinada à transcrição do texto definitivo e, por conseguinte, a impessoalidade na correção das provas;
- será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima de linhas permitida;
- escreva com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico (Exemplo: ERRADO) e escreva, logo após o trecho riscado, o respectivo texto substituto.
- a folha de texto definitivo da prova discursiva não poderá ser amassada, assinada, rubricada, nem conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de anulação da prova discursiva. A detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará a **ANULAÇÃO** da prova discursiva.

6) Durante a aplicação da prova **não será permitido**:

- qualquer tipo de comunicação entre os examinandos;
- levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
- portar aparelhos eletrônicos, tais como bip, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, pen drive, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros, protetor auricular ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira/grafite e/ou borracha. **Tal infração poderá acarretar eliminação sumária do candidato.**

7) A Consulplan realizará a coleta da impressão digital dos examinandos nas folhas de respostas e de texto definitivo.

8) O preenchimento das respostas, de inteira responsabilidade do candidato, dar-se-á mediante utilização de caneta esferográfica de tinta indelével de cor preta ou azul. Não será permitida a troca da folha de respostas ou da folha de texto definitivo por erro do candidato.

9) O tempo disponível para a realização da prova é de **5 (cinco) horas**, já incluído o tempo para os procedimentos de identificação previstos no edital, a marcação da folha de respostas e a redação do texto definitivo.

10) Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas e a redação da folha de texto definitivo, sendo que não é permitido anotar informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não seja o próprio caderno de provas.

11) Somente após decorrida **uma hora** do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova, contudo sem levar o caderno de provas.

12) Somente no decorrer dos últimos **30 (trinta) minutos** do período da prova você poderá retirar-se da sala levando o caderno de provas.

13) Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala, entregue a folha de respostas e a folha de texto definitivo e deixe o local de prova. O candidato que descumprir a regra de entrega de tais documentos será **ELIMINADO** do concurso.

14) Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e saída de sanitários durante a realização das provas. Ao sair da sala no término da prova, o candidato não poderá utilizar o sanitário.

15) Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados na Internet, no endereço eletrônico <http://www.consulplan.net>, a partir das 16h00min do dia subsequente ao da sua realização.

16) O candidato que desejar interpor recursos contra a aplicação das provas e contra os gabaritos preliminares das provas deverá fazê-lo de 00h00min do dia 14 de fevereiro de 2012 até as 23h59min do dia 16 de fevereiro de 2012, ininterruptamente, observado o horário oficial de Brasília/DF, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, que estará disponível no endereço eletrônico <http://www.consulplan.net>.

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto I para as questões de 01 a 10.

01 A tradição teológica e filosófica nunca conseguiu explicar o “mistério da iniquidade”, a existência do mal como potência do desejo e da ação humanas.

Ora, a corrupção é o mal do nosso tempo.

05 Curiosamente, ela aparece como uma nova regra de conduta, uma contraditória “moral imoral”. Da governabilidade aos atos cotidianos, o mundo da vida no qual ética e moral se cindiram há muito tempo transformou-se na sempre saqueável terra de ninguém.

10 Como toda moral, a corrupção é rígida. Daí a impossibilidade do seu combate por meios comuns, seja o direito, seja a polícia. Do contrário, meio mundo estaria na prisão. A mesma polícia que combate o narcotráfico nas favelas das grandes cidades poderia ocupar o Congresso e outros espaços do governo onde a corrupção é a regra.

Mas o problema é que a força da corrupção é a do costume, é a da “moral”, aquela mesma do malandro que age “na moral”, que é “cheio de moral”. Ela é muito mais forte do que a delicada reflexão ética que envolveria a autonomia de cada sujeito agente. E que só surgiria pela educação política que buscasse um pensamento reflexivo.

25 O sistema da corrupção é composto de um jogo de forças do qual uma das mais importantes é a “força do sentido”. É ela que faz perguntar, por exemplo, “como é possível que um policial pobre se negue a aceitar dinheiro para agir ilegalmente?”

30 O simples fato de que essa pergunta seja colocada implica o pressuposto de que uma verdade ética tal como a honestidade foi transvalorada. Isso significa que foi também desvalorizada.

35 Se a conduta de praxe seria não apenas aceitar, mas exigir dinheiro em troca de uma ação qualquer na contramão do dever, é porque no sistema da corrupção o valor da honestidade, que garantiria ao sujeito a sua autonomia, foi substituído pela vantagem do dinheiro.

40 Mas não somente. Aquele que age na direção da lei como que age contra a moral caracterizada pelo “fazer como a grande maioria”, levando em conta que no âmbito da corrupção se entende que o que a maioria quer é “dinheiro”.

45 Verdade é que a ação em nome de um universal por si só caracteriza qualquer moral. É por meio dela que se faz o cálculo do “sentido” no qual, fora da vantagem que define a regra, o sujeito honesto se transfigura imediatamente em otário.

50 Se a moral é medida em dinheiro, não entregar-se a ele poderá parecer um luxo. Mas um contraditório luxo de pobre, já que a questão da honestidade não se coloca para os ricos, para quem tal valor parece de antemão assegurado.

55 Daí que jamais se louve nos noticiários a honestidade de alguém que não se enquadra no estereótipo do “pobre”. Honesto é sempre o pobre elevado a cidadão exótico. Na verdade, por meio desse gesto o pobre é colocado à prova pelo sistema. Afinal ele teria tudo para ser corrupto, ou seja, teria todo o motivo para sê-lo. Mas teria também todo o perdão?

60 O cidadão exótico – pobre e honesto – que deixa de agir na direção de uma vantagem pessoal como que estaria perdoado por antecipação ao agir imoralmente sendo pobre, mas não está. A frase de Brecht seria sua jurisprudência mais básica: “O que é roubar um banco comparado a fundar um?”

65 Ora, sabemos que essa “moral imoral” tem sempre dois pesos e duas medidas, diferentes para ricos e pobres. No vão que as separa vem à tona a incompreensibilidade diante do mistério da honestidade. De categoria ética, ela desce ao posto de irrespondível problema metafísico.

70 Pois quem terá hoje a coragem de perguntar como alguém se torna o que é quando a subjetividade, a individualidade e a biografia já não valem nada e sentimos apenas o miasma que exala da vala comum das celebridades da qual o cidadão pode se salvar apenas alcançando o posto de um herói exótico, máscara do otário da vez?

(Marcia Tiburi. Cult, dezembro de 2011)

01

Acerca dos sentidos produzidos pelo texto, analise as afirmativas a seguir.

- I. Ser honesto, sendo pobre, significaria agir na contramão das expectativas.
- II. Aos pobres, a imoralidade é perdoada.
- III. Fugir à moral do “fazer como a grande maioria” significaria ser otário.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (C) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.

02

Aquele que age na direção da lei como que age contra a moral caracterizada pelo “fazer como a grande maioria”, levando em conta que no âmbito da corrupção se entende que o que a maioria quer é “dinheiro”. (L. 38-42) A respeito do período anterior, analise as afirmativas a seguir.

- I. O período apresenta orações coordenadas e subordinadas.
- II. Há ocorrência de exemplo de oração reduzida.
- III. Há ocorrência de exemplo de oração subordinada substantiva objetiva direta.

Assinale

- (A) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.

03

Assinale o termo que, no texto, desempenhe função sintática idêntica à de *incompreensibilidade* (L. 69).

- (A) a regra (L. 16)
- (B) vão (L. 68)
- (C) cálculo (L. 45)
- (D) Honesto (L. 55)

04

Assinale a palavra que, no texto, NÃO exerça papel pronominal.

- (A) onde (L. 15)
- (B) muito (L. 8)
- (C) qualquer (L. 34)
- (D) outros (L. 15)

05

Verdade é que (1) a ação em nome de um universal por si só caracteriza qualquer moral. É por meio dela que (2) se faz o cálculo do “sentido” no qual, fora da vantagem que (3) define a regra, o sujeito honesto se transfigura imediatamente em otário. (L. 43-47) A respeito das ocorrências do QUE no período anterior, é correto afirmar que se trata de conjunção em

- (A) (1), apenas.
- (B) (3), apenas.
- (C) todas.
- (D) (2), apenas.

06

No texto, ocorre aproximação semântica entre termos que, em outro contexto, não guardariam entre si relação de sinonímia. Assinale a alternativa em que, no texto, os termos NÃO guardem relação semântica de igualdade ou contiguidade.

- (A) corrupção (L. 4) – regra (L. 5)
- (B) mal (L. 2) – potência (L. 3)
- (C) honesto (L. 46) – otário (L. 47)
- (D) moral (L. 18) – ética (L. 20)

07

Assinale a alternativa em que a alteração estrutural de um trecho do texto NÃO tenha provocado inadequação de ordem gramatical ou discursiva nem alteração semântica.

- (A) *Se a moral é medida em dinheiro, não entregar-se a ele poderá parecer um luxo.* (L. 48-49) / *Se a moral em dinheiro é medida, poderá parecer um luxo não se entregar a ele.*
- (B) *Mas teria também todo o perdão?* (L. 59) / *Mas teria também todo perdão?*
- (C) *O simples fato de que essa pergunta seja colocada implica o pressuposto de que uma verdade ética tal como a honestidade foi transvalorada.* (L. 29-31) / *O simples fato que essa pergunta seja colocada implica no pressuposto que uma verdade ética tal como a honestidade foi transvalorada.*
- (D) *É por meio dela que se faz o cálculo do “sentido” no qual, fora da vantagem que define a regra, o sujeito honesto se transfigura imediatamente em otário.* (L. 44-47) / *É através dela que faz-se o cálculo do “sentido” onde, fora da vantagem que define a regra, o sujeito honesto se transfigura imediatamente em otário.*

08

Assinale a alternativa em que o elemento destacado NÃO tenha o mesmo sentido que o de *trans-*, em *transvalorada* (L. 31)

- (A) transbordar
- (B) trasantontem
- (C) tresnoitar
- (D) trastejar

09

A palavra *jurisprudência* (L. 64), no texto, assume o sentido de

- (A) “conjunto das decisões e interpretações das leis”.
- (B) “modelo de pensar”.
- (C) “desculpa”.
- (D) “argumento jurídico”.

10

Se a conduta de praxe seria não apenas aceitar, mas exigir dinheiro em troca de uma ação qualquer na contramão do dever, é porque no sistema da corrupção o valor da honestidade, que garantiria ao sujeito a sua autonomia, foi substituído pela vantagem do dinheiro. (L. 33-37) Assinale a alternativa que apresente pontuação para o trecho anterior igualmente correta.

- (A) Se a conduta de praxe seria não apenas aceitar – mas exigir dinheiro em troca de uma ação qualquer na contramão do dever, é porque – no sistema da corrupção –, o valor da honestidade, que garantiria ao sujeito a sua autonomia, foi substituído pela vantagem do dinheiro.
- (B) Se a conduta de praxe seria não, apenas, aceitar, mas exigir dinheiro, em troca de uma ação qualquer na contramão do dever, é porque no sistema da corrupção, o valor da honestidade, que garantiria – ao sujeito – a sua autonomia, foi substituído pela vantagem do dinheiro.
- (C) Se a conduta de praxe seria não apenas aceitar, mas exigir dinheiro em troca de uma ação qualquer na contramão do dever, é porque, no sistema da corrupção, o valor da honestidade – que garantiria ao sujeito a sua autonomia –, foi substituído pela vantagem do dinheiro.
- (D) Se a conduta de praxe seria não apenas aceitar – mas exigir dinheiro em troca de uma ação qualquer na contramão do dever –, é porque, no sistema da corrupção, o valor da honestidade – que garantiria ao sujeito a sua autonomia – foi substituído pela vantagem do dinheiro.





NOÇÕES DE INFORMÁTICA

11


Observe a planilha criada no Microsoft Office Excel 2007 (idioma Português Brasil).

	A	B	C	D
1	TSE - 2012			
2				
3	2009	2010	2011	TOTAL
4	R\$ 1.500,00	R\$ 2.800,00	R\$ 3.400,00	R\$ 7.700,00
5			10% =	R\$ 770,00
6			TOTAL	R\$ 8.470,00


Na célula D4, foi inserida uma fórmula que determina a soma dos valores contidos em A4, B4 e C4. Em D5, foi inserida uma expressão que representa 10% do valor contido em D4. Sabe-se que o valor de D6 foi determinado por meio do acionamento de um ícone que inseriu a fórmula =SOMA(D4:D5). A alternativa que apresenta a fórmula inserida em D5 e o ícone que gerou a fórmula em D6, respectivamente, é

- (A) =10%*D4 e 
- (B) =10%*D4 e 
- (C) =10%\$D4 e 
- (D) =10%\$D4 e 

12

A figura a seguir é mostrada na área de trabalho quando se clica no botão Iniciar, existente no canto inferior esquerdo da tela e representado no Windows 7 pelo ícone .




De forma alternativa, essa ação pode ser executada quando se aciona a tecla de logotipo do Windows  no teclado ou por meio da execução do seguinte atalho de teclado:

- (A) Alt + Esc.
(B) Alt + F5.
(C) Ctrl + Esc.
(D) Ctrl + F5.

13

No Microsoft Office Word 2007 (idioma Português Brasil),

clique no ícone  por meio do ponteiro do *mouse*, tem por objetivo aumentar ou diminuir o

- (A) tamanho dos caracteres exibidos no texto.
(B) espaçamento entre as linhas do texto.
(C) nível de recuo de um parágrafo.
(D) nível de zoom do documento.

14

Ao usar o Microsoft Office Outlook 2007 (idioma Português Brasil), dispõe-se de um recurso no *software*, denominado cópia oculta, que permite o envio de *e-mails* para diversos destinatários, sem que aqueles que não foram incluídos neste recurso saibam que também receberam aquela mensagem de correio. Para isso, deve-se digitar os endereços de *e-mail* no espaço identificado por

- (A) Cc...
(B) Bcc...
(C) Para...
(D) Cco...

15

Ao acessar o site do TSE – <http://www.tse.jus.br/> – utiliza-se o browser Internet Explorer 8 (idioma Português Brasil). Para facilitar futuros acessos, pode-se adicionar o endereço do site desejado à Barra de Favoritos. Para isso, é necessário clicar no seguinte ícone:

- (A) 
- (B) 
- (C)  Favoritos
- (D)  Inserir endereço

NORMAS APLICÁVEIS AOS SERVIDORES PÚBLICOS

16

Segundo o art. 5º da Lei nº 8.112/90, a nacionalidade brasileira é requisito básico para investidura em cargo público. Entretanto, o §3º do mesmo artigo abre exceção aos estrangeiros, na forma da lei, quando vierem a prover cargos de

- (A) universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais.
(B) estatais de economia mista vinculados à atividade extrativista.
(C) universidades corporativas para o ensino a distância.
(D) órgãos públicos vinculados à atividade diplomática.

17

A respeito do estágio probatório e da estabilidade, assinale a afirmativa INCORRETA.

- (A) Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório, durante o qual a assiduidade, a disciplina, a capacidade de iniciativa, a produtividade e a responsabilidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo.
- (B) O servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado ou, se estável, sofrerá reversão ao cargo anteriormente ocupado.
- (C) O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.
- (D) O servidor em estágio probatório poderá exercer quaisquer cargos de provimento em comissão ou funções de direção, chefia ou assessoramento no órgão ou entidade de lotação, e somente poderá ser cedido a outro órgão ou entidade para ocupar cargos de Natureza Especial, cargos de provimento em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, de níveis 6, 5 e 4, ou equivalentes.

18

Com base na Lei nº 8.112/90, a respeito da remoção, redistribuição e substituição, analise.

- I. Remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, obrigatoriamente com mudança de sede.
- II. O interesse da administração e a manutenção da essência das atribuições do cargo são alguns dos preceitos a serem avaliados no caso de redistribuição.
- III. Os servidores investidos em cargo ou função de direção ou chefia e os ocupantes de cargo de Natureza Especial terão substitutos indicados no regimento interno ou, no caso de omissão, previamente designados pelo dirigente máximo do órgão ou entidade.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

19

Em janeiro do ano de 2000, Carlos ingressou no serviço público para o exercício de cargo efetivo em autarquia federal por meio de concurso público de provas e títulos. Decorridos quatro anos, Carlos requer licença do exercício do cargo efetivo, com o recebimento da respectiva remuneração, para a participação de curso de capacitação profissional, tendo em vista o transcurso do triênio legal necessário à aquisição da estabilidade e concessão do benefício. Acerca da pretensão de Carlos, de acordo com as diretrizes traçadas pela Lei nº 8.112/90, assinale a alternativa correta.

- (A) Será possível, desde que haja interesse da Administração e que a licença não ultrapasse o prazo máximo de três meses.
- (B) Será possível, sendo vedado, entretanto, o recebimento de remuneração durante o período de licença para capacitação profissional.
- (C) Não será possível, posto que o período de efetivo exercício desenvolvido por Carlos não é suficiente à concessão da licença pleiteada.
- (D) Não será possível, uma vez que o afastamento para a participação de cursos de capacitação é permitido apenas aos servidores públicos, integrantes da Administração Direta, que desempenhem atividades nas áreas científicas e tecnológicas.

20

Sobre a sindicância, analise.

- I. Por ser um procedimento preparatório, a abertura de sindicância não tem o condão de obstar o decurso do prazo prescricional das ações disciplinares, havendo a interrupção da prescrição apenas quando instaurado o processo administrativo disciplinar.
- II. Constitui discricionariedade da autoridade administrativa a abertura de sindicância ou processo administrativo disciplinar para a apuração imediata de irregularidades no serviço público de que tiver ciência.
- III. O prazo para a conclusão da sindicância será de até 30 dias, prorrogável por igual período, a critério da autoridade superior.
- IV. Da sindicância poderá resultar aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até trinta dias.

Estão corretas apenas as afirmativas

- (A) I, II
- (B) II, III
- (C) III, IV
- (D) I, IV

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

21

No que tange às modalidades de licitações é correto afirmar que

- (A) a concorrência pode ser substituída por tomada de preços.
- (B) a tomada de preços pode ser substituída pelo convite.
- (C) a tomada de preços pode substituir o convite.
- (D) quando a lei aponta uma modalidade de licitação como a aplicável não há a possibilidade de substituição.

22

NÃO é hipótese de contrato sujeito à licitação dispensável:

- (A) Aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo.
- (B) Fornecimento de bens e serviços, produzidos ou prestados no País, que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional, mediante parecer de comissão especialmente designada pela autoridade máxima do órgão.
- (C) Compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.
- (D) Aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.

23

São cláusulas exorbitantes inerentes ao regime jurídico dos contratos administrativos a possibilidade de, EXCETO:

- (A) Modificação unilateral do contrato inclusive as cláusulas econômico-financeiras.
- (B) Aplicação de sanções administrativamente ao contratado.
- (C) Rescisão unilateral do contrato pela administração.
- (D) Administração pública fiscalizar a execução do contrato.

24

São motivos para a rescisão, EXCETO:

- (A) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil.
- (B) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado.
- (C) Qualquer alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa.
- (D) A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto.

25

No que tange à rescisão dos contratos administrativos é correto afirmar que

- (A) é possível a rescisão sem acesso ao judiciário e sem a concordância da administração.
- (B) não é possível a rescisão amigável do contrato, pois o interesse público é indisponível.
- (C) a rescisão sempre será judicial quando não houver concordância da administração.
- (D) a rescisão sempre será judicial quando não houver concordância do contratado e da administração.

NOÇÕES DE DIREITO ELEITORAL

26

Com base na Resolução TSE 21.538 de 2003, analise.

- I. A transferência do eleitor só será admitida após, pelo menos, um ano do alistamento ou da última transferência.
- II. A transferência só será admitida ao eleitor com residência mínima de três meses no novo domicílio, declarada, sob as penas da lei, pelo próprio eleitor.
- III. O disposto nas afirmativas I e II não se aplica à transferência de título eleitoral de servidor público civil, militar, autárquico, ou de membro de sua família, por motivo de remoção ou transferência.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

27

Em relação ao acesso às informações constantes do cadastro do eleitor, com base na Resolução TSE 21.538 de 2003, é INCORRETO afirmar que

- (A) as informações constantes do cadastro eleitoral serão acessíveis às instituições públicas e privadas e às pessoas físicas.
- (B) em resguardo da privacidade do cidadão, não se fornecerão informações de caráter personalizado constantes do cadastro eleitoral.
- (C) o uso dos dados de natureza estatística do eleitorado ou de pleito eleitoral obriga a quem os tenha adquirido a citar a fonte e a assumir responsabilidade pela manipulação inadequada ou extrapolada das informações obtidas.
- (D) os tribunais e juízes eleitorais poderão autorizar o fornecimento a interessados, em qualquer hipótese, dos dados relativos ao eleitorado ou ao resultado de pleito eleitoral.

28

Com base na Resolução TSE 21.538 de 2003, em relação à hipótese de ilícito penal, assinale a afirmativa INCORRETA.

- (A) Manifestando-se o Ministério Público pela existência de indício de ilícito penal eleitoral a ser apurado, o processo deverá ser remetido, pela autoridade judiciária competente, à Polícia Federal para instauração de inquérito policial.
- (B) Arquivado o inquérito ou julgada a ação penal, o juiz eleitoral comunicará, sendo o caso, a decisão tomada à autoridade judiciária que determinou sua instauração, com a finalidade de tornar possível a adoção de medidas cabíveis na esfera administrativa.
- (C) Não sendo cogitada a ocorrência de ilícito penal eleitoral a ser apurado, os autos deverão ser arquivados na unidade regional do Departamento de Polícia Federal na localidade onde tiver jurisdição o juiz eleitoral a quem couber decisão a respeito.
- (D) A espécie, no que lhe for aplicável, será regida pelas disposições do Código Eleitoral e, subsidiariamente, pelas normas do Código de Processo Penal.

29

Em relação aos órgãos da Justiça Eleitoral, com base na Lei nº 4.737/65 e suas atualizações, é correto afirmar que

- (A) os juízes dos Tribunais Eleitorais, salvo motivo justificado, servirão obrigatoriamente por dois anos, e nunca por mais de um biênio consecutivo.
- (B) da homologação da respectiva convenção partidária até o registro definitivo da candidatura, não poderão servir como juízes nos Tribunais Eleitorais, ou como juiz eleitoral, o cônjuge, parente consanguíneo legítimo ou ilegítimo, ou afim, até o segundo grau, de candidato a cargo eletivo registrado na circunscrição.
- (C) os substitutos dos membros efetivos dos Tribunais Eleitorais serão escolhidos, na mesma ocasião e pelo mesmo processo, em número igual para cada categoria.
- (D) o número de juízes dos Tribunais Regionais não será reduzido, mas poderá ser elevado até doze, mediante proposta do Tribunal Superior, e na forma por ele sugerida.

30

Com base na Lei nº 4.737/65 e suas atualizações, NÃO compete ao juiz eleitoral

- (A) processar e julgar os crimes eleitorais e os comuns que lhe forem conexos, ressalvada a competência originária do Tribunal Superior e dos Tribunais Regionais.
- (B) fazer as diligências que julgar necessárias à ordem e presteza do serviço eleitoral.
- (C) indicar, para aprovação do Tribunal Regional, a serventia de justiça que deve ter o anexo da escrivania eleitoral.
- (D) representar sobre a necessidade de nomeação dos preparadores para auxiliarem o alistamento eleitoral, indicando os nomes dos cidadãos que devem ser nomeados.

PROVA 2 (P2) – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31

Em março de 2010, uma empresa adquiriu uma apólice de seguro anual, com vigência entre 1º de abril de 2010 e 31 de março de 2011, no valor de R\$ 1.800,00. O pagamento da apólice será feito em três parcelas de R\$ 600,00, em 31 de março de 2010, 30 de abril de 2010 e 31 de maio de 2010. Considerando o regime de competência, como deve ser contabilizada a despesa de seguros da empresa em relação à apólice vendida?

- (A) Despesa de R\$ 1.800,00 no mês de março de 2010.
- (B) Despesa de R\$ 1.800,00 no mês de abril de 2010.
- (C) Despesa de R\$ 600,00 nos meses de março de 2010, abril de 2010 e maio de 2010.
- (D) Despesa de R\$ 150,00 nos meses de abril de 2010 a março de 2011.

32

As provisões correspondem às estimativas de perdas de ativos ou às obrigações para com terceiros. Assinale a alternativa que NÃO apresenta condição para o reconhecimento de uma provisão decorrente.

- (A) A entidade tem uma obrigação presente, decorrente de um evento passado.
- (B) A responsabilidade da empresa não constitui uma obrigação formalizada.
- (C) A saída de recursos para liquidar a obrigação é provável.
- (D) O montante da obrigação pode ser estimado de modo confiável.

33

Ao efetuar determinado lançamento contábil, o contador chefe de uma empresa de serviços incorreu em um erro no reconhecimento da despesa de depreciação de um veículo, não tendo considerado o valor residual que normalmente atinge 30% do valor contábil dos bens imobilizados da empresa. Antes que qualquer ajuste de regularização seja efetuado, esse erro gera no patrimônio da empresa neste ano, o efeito de

- (A) superavaliação do passivo, do patrimônio líquido e do lucro líquido.
- (B) superavaliação do ativo, do lucro líquido e do patrimônio líquido.
- (C) subavaliação do ativo, do lucro líquido e do patrimônio líquido.
- (D) subavaliação do passivo e superavaliação do lucro líquido e do patrimônio líquido.

34

Em 31 de dezembro de 2011, uma empresa apresentou os seguintes produtos em estoque:

Produto	Unidade	Valor Unitário
A	50	R\$ 70,00
B	50	R\$ 90,00

Sabendo-se que nesta data, o valor realizável líquido de cada produto é de R\$ 80,00, qual deve ser o procedimento da empresa quanto ao valor do estoque?

- (A) A empresa deve ajustar apenas o custo do produto A em seu Balanço Patrimonial.
- (B) A empresa deve ajustar apenas o custo do produto B em seu Balanço Patrimonial.
- (C) A empresa não deve efetuar nenhum tipo de modificação nos valores dos produtos.
- (D) A empresa deve trazer os valores dos produtos A e B ao valor ajustado em seu Balanço Patrimonial.

35

Uma empresa recebeu, em dezembro de 2011, o montante de R\$ 5.000,00 a título de restituição de imposto sobre a renda. Como é classificada esta transação na Demonstração dos Dividendos nos Fluxos de Caixa da empresa?

- (A) Fluxo de Caixa gerado pela Atividade Operacional.
- (B) Fluxo de Caixa gerado pela Atividade de Financiamento.
- (C) Fluxo de Caixa consumido pela Atividade de Financiamento.
- (D) Fluxo de Caixa consumido pela Atividade de Investimento.

36

A Cia. X presta serviços de perícia contábil. Em 31.12.2009, a Cia. X apresentava os seguintes saldos em seu Balanço Patrimonial: Caixa: R\$ 15.000,00; Clientes: R\$ 2.000,00; Imóvel: R\$ 100.000,00; Depreciação Acumulada: R\$ 90.000,00; Salários a Pagar (curto prazo): R\$ 5.000,00; Capital Social: R\$ 18.000,00; Reserva de Lucros: R\$ 4.000,00. Durante janeiro de 2010, a empresa efetuou as seguintes operações

- recebimento do saldo com clientes.
- prestação de serviços a prazo no valor de R\$ 20.000,00, sendo constituída provisão para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa no valor de 5%.
- reconhecimento da Despesa de Depreciação do imóvel, a 12% ao ano, calculada pelo método linear, considerando valor residual de R\$ 5.000,00.
- pagamento da dívida de salários
- reconhecimento e pagamento de despesas de salários no valor de R\$ 2.000,00.
- reconhecimento de despesas gerais no valor de R\$6.000,00 para pagamento no mês seguinte.

Considerando a elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método indireto, qual deverá ser o valor total dos ajustes para conciliação entre o Lucro Líquido e o Fluxo de Caixa operacional em 31.01.2010?

- (A) R\$ 9.000,00 negativo.
- (B) R\$ 7.000,00 negativo.
- (C) R\$ 5.950,00 negativo.
- (D) R\$ 5.000,00 negativo.

37

A Lei nº 6.404/76 e suas alterações posteriores (Lei das Sociedades por Ações) estabelece que as Demonstrações Contábeis devem ser complementadas por Notas Explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessários para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício. São informações exigidas por lei como notas explicativas, EXCETO:

- (A) Os investimentos em outras sociedades, quando relevantes.
- (B) Os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais.
- (C) A taxa de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo.
- (D) O número, as espécies, as classes e o nome dos detentores das ações do capital social.

38

Um banco deseja analisar a capacidade de pagamento de uma empresa que pretende contrair um empréstimo. O grupo mais recomendado para este estudo são os indicadores de

- (A) liquidez.
- (B) prazos médios.
- (C) lucratividade.
- (D) rentabilidade.

39

A empresa X teve uma diminuição em seu indicador de liquidez seca durante o mês de dezembro de 2011. Um dos motivos que pode ter causado esta redução foi a

- (A) integralização de capital social pelos sócios da empresa em dinheiro.
- (B) aquisição de estoques para pagamento em fevereiro de 2012.
- (C) obtenção de financiamento para a compra de equipamento.
- (D) captação de empréstimo bancário de longo prazo.

40

O capital social pode ser integralizado em moeda corrente ou bens e direitos mensuráveis monetariamente. Em relação aos índices econômicos financeiros, é correto afirmar que a integralização de capital social com produtos e mercadorias de estoques traz um aumento no indicador de

- (A) Rentabilidade do Ativo.
- (B) Endividamento Geral.
- (C) Liquidez Geral.
- (D) Imobilização do Patrimônio Líquido.

41

As ações em tesouraria correspondem àquelas adquiridas pela própria companhia que as emitiu e deve ser classificada em conta específica redutora do Patrimônio Líquido. Sobre as ações em tesouraria é correto afirmar que

- (A) não afetam o resultado da empresa.
- (B) não podem ser vinculadas ao saldo das reservas existentes.
- (C) possuem direitos patrimoniais, entre outros.
- (D) não podem gerar lucros em sua alienação.

42

Uma empresa apresentava em 31 de dezembro de 2009 os seguintes saldos em seu Patrimônio Líquido:

Capital Social	R\$ 1.200,00
Reserva Legal	R\$ 200,00
Total	R\$ 1.400,00

No ano de 2010, a empresa obteve um lucro líquido de R\$ 2.000,00. A empresa determina, em seu estatuto social, distribuição do dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado. Qual será o valor do dividendo distribuído por esta empresa em 2010?

- (A) R\$ 500,00.
- (B) R\$ 490,00.
- (C) R\$ 475,00.
- (D) R\$ 450,00.

43

Os princípios da contabilidade permitem a fixação de padrões de comparação e credibilidade. Considerando o Princípio Contábil da Atualização Monetária é correto afirmar que

- (A) a moeda por ser aceita universalmente, representa unidade constante em termos do poder aquisitivo.
- (B) a atualização monetária consiste em nova avaliação, mediante a aplicação de indexadores.
- (C) a atualização monetária utiliza somente indexadores definidos pelo CFC.
- (D) para que a avaliação do patrimônio possa manter os valores das transações originais, é necessário atualizar sua expressão formal em moeda nacional.

44

O Princípio do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional. Em relação às bases de mensuração utilizadas, é correto afirmar que a mensuração pelo

- (A) custo histórico implica no registro dos ativos pelos valores pagos ou a serem pagos em caixa ou equivalentes de caixa ou pelo valor justo dos recursos que são entregues para adquirir-los na data da aquisição.
- (B) valor realizável implica no reconhecimento dos ativos pelos valores em caixa ou equivalentes que teriam de ser pagos se esses ativos fossem adquiridos na data ou no período das demonstrações contábeis.
- (C) valor justo implica no registro dos ativos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais poderiam ser obtidos pela venda em uma forma ordenada.
- (D) custo corrente implica no reconhecimento dos ativos pelo valor porque ele pode ser trocado entre partes conhecedoras, dispostas a isso, em uma transação sem favorecimentos.

45

Uma empresa apresentou os seguintes saldos referentes ao ano de 2010:

Receita de Vendas	R\$ 800.000,00
Custo das Mercadorias Vendidas	R\$ 540.000,00
Despesas Administrativas	R\$ 40.000,00
Dividendos	R\$ 25.000,00
Despesas Financeiras	R\$ 180.000,00
Receitas Financeiras	R\$ 160.000,00
Reserva de Contingências	R\$ 50.000,00
Reversão da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	R\$ 30.000,00
Despesa de depreciação	R\$ 55.000,00
Despesa de salários	R\$ 42.000,00
Compra de ativo imobilizado	R\$ 80.000,00

Considerando os saldos apresentados, qual é o lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social apresentado por esta empresa relativo ao ano de 2010?

- (A) R\$ 83.000,00
- (B) R\$ 103.000,00
- (C) R\$ 108.000,00
- (D) R\$ 133.000,00

46

O Balancete de 31.12.2010 de uma empresa apresentava os seguintes saldos para as respectivas contas:

Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 10.000,00
Estoques previstos para serem vendidos em 90 dias	R\$ 15.000,00
Clientes, com vencimento em 100 dias	R\$ 50.000,00
Provisão para Contingências	R\$ 10.000,00
Provisão para Perdas nos Estoques	R\$ 2.000,00
Aluguel Pago Antecipadamente, apropriado mensalmente de forma linear por três anos	R\$ 36.000,00
Empréstimo a Empresa controlada que deve ser recebido em 30 dias	R\$ 8.000,00
Contas a receber com vencimento em 540 dias	R\$ 17.000,00
Dividendos a pagar	R\$ 16.000,00
Fornecedores com prazo de 90 dias	R\$ 13.000,00
Contas a pagar com vencimento em 180 dias	R\$ 21.000,00
Aplicação financeira com prazo de resgate de 720 dias	R\$ 50.000,00
Depreciação Acumulada	R\$ 12.000,00
Veículo	R\$ 30.000,00

Qual deve ser o Ativo Circulante total no Balanço Patrimonial de 31.12.2010?

- (A) R\$ 93.000,00
- (B) R\$ 87.000,00
- (C) R\$ 85.000,00
- (D) R\$ 75.000,00

47

Em 1º de dezembro de 2010, uma empresa apresentava os seguintes saldos em suas contas:

Estoque Inicial de Mercadorias	R\$ 14.000,00
Vendas Brutas	R\$ 300.000,00
Compras de Mercadorias	R\$ 200.000,00
Estoque Final de Mercadorias	R\$ 24.000,00
Descontos Financeiros Obtidos	R\$ 12.000,00
Descontos Financeiros Concedidos	R\$ 16.000,00
Abatimentos Concedidos	R\$ 18.000,00
Despesas Comerciais	R\$ 22.000,00
Devolução de Vendas	R\$ 10.000,00
Devolução de Compras	R\$ 8.000,00

Considerando apenas as informações anteriores e desconsiderando a incidência de impostos, qual é o valor do lucro bruto desta empresa em 31 de dezembro de 2010?

- (A) R\$ 108.000,00
- (B) R\$ 90.000,00
- (C) R\$ 86.000,00
- (D) R\$ 68.000,00

48

Em 1º de janeiro de 2010, uma empresa tinha em seu estoque 12 unidades da mercadoria “W”. Esta quantidade era avaliada em R\$ 360,00. Durante todo o mês de janeiro de 2010, esta empresa realizou as seguintes operações:

1. Venda de 10 unidades de “W” pelo total de R\$ 400,00.
2. Compra de 8 unidades de “W” por R\$ 256,00.
3. Venda de 5 unidades de “W” pelo valor unitário de R\$ 45,00.
4. Compra de 10 unidades de “W” por R\$ 45,00 cada.

Em 31 de janeiro de 2010, o valor do Custo das Mercadorias Vendidas de acordo com o método PEPS é de

- (A) R\$ 456,00.
- (B) R\$ 458,00.
- (C) R\$ 460,00.
- (D) R\$ 625,00.

49

Um veículo foi adquirido no dia 1º de julho de 2010 pelo valor de R\$ 65.000,00. O veículo terá vida útil estimada em mais 5 anos e valor residual de R\$ 14.000,00. No momento da compra, a empresa adquirente incorreu em gastos de R\$ 3.200,00 com frete e R\$ 1.600,00 para transporte do veículo até o seu estabelecimento. Além disso, a empresa irá quitar o IPVA atrasado de R\$ 6.000,00, que não havia sido pago pelo antigo dono no ano anterior. De acordo com as informações, o valor de depreciação do veículo no ano de 2010, corresponde a

- (A) R\$ 5.100,00.
- (B) R\$ 5.580,00.
- (C) R\$ 6.180,00.
- (D) R\$ 7.580,00.

50

A contabilidade foi definida no I Congresso Brasileiro de Contabilidade como: “a ciência que estuda e pratica as funções de orientação, controle e registro relativo aos atos e fatos da administração econômica.” São objetivos da contabilidade, EXCETO:

- (A) Fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mudanças na posição financeira da entidade.
- (B) Auxiliar o maior número de usuários em suas avaliações e tomadas de decisão financeira.
- (C) Apresentar os resultados da atuação da administração na gestão da entidade quanto aos recursos que lhe foram confiados.
- (D) Auxiliar os acionistas a avaliar a produtividade de cada funcionário da empresa e o desempenho dos gerentes.

51

A complexidade e o volume das operações fazem com que os procedimentos de auditoria sejam aplicados por meio de provas seletivas, testes e amostragens. Na aplicação dos testes, o auditor deve considerar como procedimento básico o(a)

- (A) observação: conferência da exatidão aritmética de documentos comprobatórios.
- (B) revisão analítica: verificação do comportamento de valores significativos.
- (C) inspeção: acompanhamento de processo quando de sua execução.
- (D) cálculo: exame de registros, documentos e ativos tangíveis.

52

Constitui-se em técnica de auditoria

- (A) confirmação externa.
- (B) emissão de parecer.
- (C) aplicação de sanções.
- (D) elaboração de normas.

53

Segundo a NBC T 12, “a Auditoria Interna deve assessorar a administração da entidade no trabalho de prevenção de fraudes e erros, obrigando-se a informá-la, sempre por escrito, de maneira reservada, sobre quaisquer indícios ou confirmações de irregularidades detectadas no decorrer de seu trabalho”. Em relação à fraude e erro, assinale a alternativa correta.

- (A) “Fraude” e “erro” correspondem ao ato intencional de omissão de transações e operações.
- (B) “Erro” refere-se ao ato intencional de omissão de transações e operações.
- (C) O erro caracteriza-se por falta de atenção e desconhecimento de fatos.
- (D) A fraude caracteriza-se por má interpretação de fatos e omissões não intencionais.

54

O Planejamento em auditoria consiste na determinação antecipada dos procedimentos a serem aplicados. Em relação ao Planejamento do Trabalho de Auditoria Interna, é correto afirmar que

- (A) compreende os exames preliminares das áreas, atividades, produtos e processos, para definir a amplitude e a época do trabalho a ser realizado de acordo com as diretrizes estabelecidas pela administração da entidade.
- (B) não considera como os fatores relevantes na execução dos trabalhos, o conhecimento detalhado da política e dos instrumentos de gestão de riscos da entidade, das atividades operacionais e dos sistemas contábil e de controles internos.
- (C) documenta os programas de trabalho informalmente preparados, detalhando-se o que for necessário para complicar os procedimentos que serão aplicados, em termos de natureza, oportunidade, extensão, equipe técnica e uso de especialistas.
- (D) objetiva estabelecer de forma detalhada todas as etapas a serem desenvolvidas no trabalho anual de auditoria, definido pela experiência do auditor em empresas semelhantes à empresa auditada.

55

A empresa A é controladora da empresa B, e esta é auditada por auditores independentes diferentes daqueles da empresa A. Considerando a situação apresentada, o auditor da empresa A deverá, segundo as normas de auditoria

- (A) destacar o fato em seu parecer.
- (B) apresentar ressalva em seu parecer.
- (C) emitir parecer sem ressalva, caso os outros fatos estejam corretos.
- (D) não emitir o parecer sem que a empresa B mude de auditoria.

56

A auditoria interna constitui-se no controle gerencial que assessora a administração quanto ao desempenho das atribuições definidas para cada área. Em relação à profissão de auditor interno, assinale a alternativa correta.

- (A) Não precisa manter o seu nível de competência profissional através do conhecimento atualizado das Normas Brasileiras de Contabilidade.
- (B) A amplitude do seu trabalho e sua responsabilidade estão limitadas à sua área de atuação.
- (C) Não deve realizar trabalhos de forma compartilhada com profissionais de outras áreas, de modo a manter sua independência.
- (D) Está impedido de apresentar seus papéis de trabalho ao auditor independente, de modo a mantê-los em sigilo.

57

A finalidade da auditoria do passivo é verificar se todas as obrigações estão devidamente registradas. Considerando que a auditoria do passivo constate a existência de valores ocultos, é correto afirmar que o erro constatado pode ter como efeito

- (A) o aparecimento de juros falsos com o aumento das despesas financeiras.
- (B) a interferência no cálculo do indicador do retorno do patrimônio líquido, para maior.
- (C) a superavaliação do passivo: melhoria na aparência da empresa junto a credores.
- (D) os valores ocultos: interferência no cálculo do indicador de liquidez, para maior.

58

A auditoria das contas de resultado exige maior tempo do auditor, devido ao volume de lançamentos efetuados nas mesmas. São objetivos da auditoria das contas de resultado, EXCETO:

- (A) Verificar se as receitas, despesas e os custos são pertinentes às atividades da empresa e estão suportadas por documentação.
- (B) Constatar a existência, posse e propriedade dos itens que justificam a existência das receitas, despesas e dos custos.
- (C) Assegurar que as receitas, despesas e os custos foram contabilizados corretamente de acordo com as normas contábeis e regulamentares.
- (D) Determinar se os custos e as despesas estão corretamente contrapostos às receitas referentes ao período.

59

Um auditor planeja entregar seu parecer sem ressalvas em relação à auditoria de 2010 de uma empresa, em 20 de janeiro de 2011. No dia 15 de janeiro de 2011, ele recebe a informação de que o principal cliente da empresa auditada, responsável por 80% de suas vendas, e que já estava em má situação em 2010, pediu concordata. Considerando que não há risco de descontinuidade da empresa, o auditor deve

- (A) determinar um ajuste na conta perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa no balanço patrimonial de 2010.
- (B) determinar um ajuste na conta perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa no balanço patrimonial de 2011.
- (C) incluir no parecer de 2010, um parágrafo de ênfase destacando a nova informação e suas consequências.
- (D) incluir no parecer de 2010, uma ressalva sobre a ocorrência.

60

A auditoria independente busca evidências da integridade das demonstrações contábeis através da aplicação dos testes de auditoria. Em relação aos testes de auditoria, é correto afirmar que os testes

- (A) substantivos visam à obtenção de razoável segurança de que os procedimentos de controle interno estão em efetivo funcionamento.
- (B) de observância têm por finalidade obter evidências quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados gerados pelo sistema de contabilidade da entidade.
- (C) de observância podem ser utilizados para verificação de que o encarregado de contas a pagar aprovou as compras das faturas pagas.
- (D) substantivos não podem ser utilizados para analisar o conteúdo das notas explicativas sobre Contingências passivas.

61

Segundo a Lei nº 4.320/64 e suas alterações posteriores (normas de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos públicos), a abertura de créditos adicionais extraordinários, destinados ao atendimento de despesas imprevisíveis e urgentes, deve ser feita por decreto do poder executivo e submetidos ao poder legislativo correspondente, possibilitando o registro tempestivo de fatos que afetam o patrimônio público. O evento apresentado está relacionado com o Princípio da

- (A) Competência.
- (B) Entidade.
- (C) Oportunidade.
- (D) Prudência.

62

“Patrimônio Público é o conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador e represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações.” (Resolução CFC nº 1.129/2008). Em relação aos elementos componentes do patrimônio público, é correto afirmar que os

- (A) ativos devem ser reconhecidos no patrimônio quando for provável que os benefícios futuros que deles se esperam fluam e seu custo possa ser determinado de forma confiável.
- (B) passivos são recursos da entidade decorrentes de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.
- (C) ativos são decorrentes de eventos passados e devem ser reconhecidos no balanço patrimonial quando o valor de sua liquidação for determinado em bases confiáveis.
- (D) passivos são obrigações futuras da entidade, decorrentes de eventos presentes, sendo provável a exigência de saída de receitas para seu pagamento ou liquidação.

63

Conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBCASP, o subsistema de informações orçamentárias registra, processa e evidencia os atos e os fatos relacionados ao planejamento e à execução orçamentária. Assinale a alternativa que apresenta corretamente o lançamento contábil que registra a liquidação de uma despesa referente à aquisição de material de consumo.

		Código da Conta	Título da Conta
(A)	Débito	1.1.3.6.x.xx.xx	Almoxarifado
	Crédito	6.2.2.1.3.03.xx	Crédito empenhado liquidado a pagar
(B)	Débito	6.2.2.1.3.03.xx	Crédito empenhado liquidado a pagar
	Crédito	2.1.3.1.x.xx.xx	Fornecedores
(C)	Débito	1.1.3.6.x.xx.xx	Almoxarifado
	Crédito	2.1.3.1.x.xx.xx	Fornecedores
(D)	Débito	1.1.3.6.x.xx.xx	Almoxarifado
	Crédito	6.2.2.1.3.01.xx	Crédito empenhado a liquidar

64

“O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP atende às necessidades dos entes da federação e dos demais usuários da informação contábil e está em conformidade com os princípios da administração pública, com as leis de finanças e orçamento público e com as normas e princípios contábeis.”

(Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 2011, parte IV, p. 10)

A utilização do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público é facultativa para as

- (A) agências reguladoras e executivas.
- (B) autarquias e fundações públicas.
- (C) empresas estatais dependentes.
- (D) empresas estatais independentes.

65

“As Parcerias Público Privadas (PPP) são uma forma de contratação por meio da qual o Governo transfere a uma empresa privada a atribuição de realizar um projeto de interesse público. Esses projetos se referem à concessão de serviços em geral ou de obras públicas, em que o parceiro privado fica responsável pelos investimentos e pela gestão do negócio, podendo ser remunerado por cobrança de tarifa dos usuários e por contraprestação pública.”

(Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 2011, parte III, p. 22)

O registro dos contratos de Parcerias Público Privadas (PPP), no momento de sua assinatura, deve ser registrado em contas de natureza

- (A) de controle.
- (B) financeira.
- (C) orçamentária.
- (D) patrimonial.

66

“Na área pública, o controle interno tem o objetivo de ser, simultaneamente, um mecanismo de auxílio ao administrador público e um instrumento de proteção e defesa do cidadão. O controle contribui para que os objetivos da organização pública sejam alcançados e que as ações sejam conduzidas de forma econômica, eficiente e eficaz, resultando na salvaguarda dos recursos públicos contra o desperdício, o abuso, os erros, as fraudes e as irregularidades.”

(Castro, D. P. Auditoria e Controle Interno na Administração Pública. Paulo: Atlas, 2008)

Considerando as formas de controle interno, pode-se afirmar que o disposto no Art. 60 da Lei nº 4.320/64 e suas alterações posteriores (normas de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos públicos): “É vedada a realização de despesa sem prévio empenho”, constitui-se em um exemplo de controle

- (A) concomitante.
- (B) corretivo.
- (C) posterior.
- (D) prévio.

67

Uma cadeia pública de determinado Estado foi construída no ano de 2011 a um custo de R\$ 12 milhões, com vida útil estimada de 50 anos. No ano de 2011, foi desativada por decisão judicial. Devido à natureza da instalação e de sua localização, o prédio foi convertido em depósito público, para o qual o custo de reposição estimado para a capacidade do local é de R\$ 5,3 milhões. Considerando os critérios de avaliação e mensuração de ativos e passivos integrantes de entidades do setor público, é correto afirmar que o imóvel onde funcionava a cadeia pública sofreu

- (A) aumento por *fair value*.
- (B) ganho por reavaliação.
- (C) perda por *impairment*.
- (D) redução por depreciação.

68

Considere os seguintes dados orçamentários de um determinado município, referentes ao ano de 2011:

Receita corrente prevista	R\$ 100.000,00
Receita de capital prevista	R\$ 50.000,00
Despesa corrente fixada	R\$ 100.000,00
Despesa de capital fixada	R\$ 50.000,00
Receita corrente realizada	R\$ 120.000,00
Receita de capital realizada	R\$ 40.000,00
Despesa corrente realizada	R\$ 90.000,00
Despesa de capital realizada	R\$ 50.000,00

Com base nos dados, é correto afirmar que o resultado orçamentário do ano de 2011 apresentou

- (A) déficit do orçamento corrente de R\$ 20.000,00.
- (B) déficit do orçamento de capital de R\$ 10.000,00.
- (C) superávit do orçamento corrente de R\$ 30.000,00.
- (D) superávit orçamentário de R\$ 40.000,00.

69

Um município apresentou as seguintes informações sobre as operações realizadas no exercício de 2011:

Caução recebida	R\$ 4.000,00
Despesas empenhadas no exercício	R\$ 32.000,00
Doações efetuadas	R\$ 11.000,00
Receita tributária	R\$ 30.000,00
Receita de alienação de bens	R\$ 6.000,00
Receita de operações de crédito	R\$ 20.000,00
Receita de serviços	R\$ 3.000,00

Considerando que o saldo final em espécie (caixa, equivalentes, depósitos restituíveis e valores vinculados) do exercício de 2010 era de R\$ 2.000,00 e que foram inscritas como restos a pagar do exercício despesas no montante de R\$ 10.000,00, qual é o valor total dos ingressos a ser apresentado no Balanço Financeiro do exercício de 2011 será de

- (A) R\$ 63.000,00.
- (B) R\$ 65.000,00.
- (C) R\$ 71.000,00.
- (D) R\$ 75.000,00.

70

Considere os seguintes dados referentes às operações realizadas por um ente público no exercício de 2011:

DISCRIMINAÇÃO	VALORES DE REALIZAÇÃO
Receitas Orçamentárias	
Receita Tributária	R\$ 43.000,00
Receita de Serviços	R\$ 9.000,00
Transferências correntes	R\$ 20.000,00
Outras receitas correntes	R\$ 5.000,00
Alienação de bens	R\$ 10.000,00
Operações de crédito	R\$ 7.000,00
Despesas Orçamentárias	
Pessoal e encargos sociais	R\$ 33.000,00
Juros e encargos da dívida	R\$ 13.000,00
Outras despesas correntes	R\$ 10.000,00
Aquisição de imobilizado	R\$ 25.000,00
Amortização de dívida	R\$ 13.000,00

Com base nos dados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício de 2011 evidenciará

- (A) a geração líquida de caixa e equivalentes negativa, no valor de R\$ 42.000,00.
- (B) o fluxo de caixa das atividades de investimentos positivo no valor de R\$ 15.000,00.
- (C) o fluxo de caixa das atividades de financiamentos negativo no valor de R\$ 20.000,00.
- (D) o fluxo de caixa das atividades de operações positivo no valor de R\$ 21.000,00.

71

Considere o seguinte demonstrativo financeiro hipotético:

Receita tributária	R\$ 200,00
Receita de contribuições	R\$ 150,00
Receita patrimonial	R\$ 50,00
Amortização de empréstimos	R\$ 100,00

Com base nesses dados, o valor total das receitas correntes é de

- (A) R\$ 100,00.
- (B) R\$ 300,00.
- (C) R\$ 400,00.
- (D) R\$ 500,00.

72

A Lei Complementar nº 101/2000 e suas alterações posteriores (Lei de Responsabilidade Fiscal), trata em seu Art. 14, da renúncia de receitas, estabelecendo inclusive medidas a serem observadas pelos entes públicos que decidirem pela concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária, da qual decorra renúncia de receita. Das alternativas a seguir, assinale a que apresenta uma espécie de renúncia de receita.

- (A) Alteração de alíquota que implique no aumento de tributos.
- (B) Concessão de isenção em caráter não geral.
- (C) Recebimentos advindos de operações intraorçamentárias.
- (D) Restituição de receitas orçamentárias.

73

Considerando os elementos essenciais do orçamento programa, analise as afirmativas a seguir:

- I. Programas são os instrumentos de integração de esforços do governo para concretização de objetivos.
- II. Custos dos programas são medidos por meio da identificação dos meios ou insumos.
- III. Medidas de desempenho têm a finalidade de mensurar a execução de programas.

Assinale

- (A) se apenas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas II e III estiverem corretas.
- (D) se todas estiverem corretas.

74

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu como instrumentos do planejamento público, três leis orçamentárias, que devem ser integradas entre si: Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA. Em relação aos instrumentos de planejamento definidos pela Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que

- (A) a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO contempla a fixação da despesa e previsão da receita, compreendendo Orçamento Fiscal, Orçamento de Investimentos e Orçamento da Seguridade Social.
- (B) a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO estabelece normas e critérios para a limitação de empenho quando houver frustração das receitas orçamentárias em relação às previsões constantes do orçamento.
- (C) o Plano Plurianual – PPA dispõe sobre normas relativas ao controle de custos na administração pública e à avaliação dos resultados de programas financiados com recursos dos orçamentos.
- (D) o Plano Plurianual – PPA é elaborado conforme as disposições da Lei Orçamentária Anual – LOA e integra-se à Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO através da avaliação de programas já implementados.

75

Considerando os limites de despesas de pessoal dispostos na Lei de Responsabilidade Fiscal, analise.

- I. Os proventos de aposentadoria não são computados como despesa total de pessoal.
- II. As gratificações são computadas como despesa total de pessoal.
- III. As horas-extras são computadas como despesa total de pessoal.
- IV. Os gastos com mandatos eletivos não são computados como despesa total de pessoal.

Assinale

- (A) se apenas III e IV estiverem corretas.
- (B) se apenas I e II estiverem corretas.
- (C) se apenas II e III estiverem corretas.
- (D) se apenas I e IV estiverem corretas.

76

São classificados na categoria econômica de Despesas Correntes, os gastos públicos orçamentários que não contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital. Com base no conceito, assinale a alternativa que apresenta uma despesa orçamentária corrente.

- (A) Aquisição de imóveis ou bens já em utilização.
- (B) Gastos com planejamento e execução de obras.
- (C) Pagamento de encargos sobre operações de crédito.
- (D) Pagamento do principal da dívida pública.

77

O orçamento programa é um instrumento de planejamento que permite identificar os programas, os projetos e as atividades que o Governo pretende realizar, além de estabelecer os objetivos, as metas, os custos e os resultados esperados e oferecer maior transparência dos gastos públicos. Constitui-se em característica do orçamento programa a

- (A) classificação das despesas por objeto de gasto.
- (B) criação de conselhos populares.
- (C) não vinculação ao sistema de planejamento.
- (D) quantificação dos objetivos e fixação das metas.

78

Considerando a classificação dos tributos em espécies, o tributo que tem como fato gerador a utilização efetiva ou potencial de um serviço público específico prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição é o(a)

- (A) Imposto.
- (B) Taxa.
- (C) Contribuição de melhoria.
- (D) Contribuição especial.

79

Assinale a alternativa que NÃO corresponde a uma fonte de crédito adicional.

- (A) Excesso de arrecadação.
- (B) Empréstimos obtidos pelo estado.
- (C) Créditos da dívida ativa.
- (D) Superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

80

Segundo o Art. 19 da Lei Complementar nº 101/2000 e suas alterações posteriores (Lei de Responsabilidade Fiscal), a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder, respectivamente, os seguintes percentuais da receita corrente líquida

- (A) Município: 40% Estado: 50% União: 60%
- (B) Município: 40% Estado: 50% União: 50%
- (C) Município: 50% Estado: 60% União: 70%
- (D) Município: 60% Estado: 60% União: 50%

PROVA DISCURSIVA

ORIENTAÇÕES GERAIS

1. A prova discursiva para o cargo de Analista Judiciário:
 - 1.1. vale 10,00 (dez) pontos e consiste na elaboração de texto de, no mínimo, 30 (trinta) e, no máximo, 35 (trinta e cinco) linhas;
 - 1.2. tem o objetivo de avaliar o conteúdo – conhecimento do tema, a capacidade de expressão na modalidade escrita e o uso das normas do registro formal culto da Língua Portuguesa, para tanto o candidato deverá produzir texto dissertativo, primando pela coerência e pela coesão;
 - 1.3. deve ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta indelével, fabricada em material transparente, não sendo permitida a interferência ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especial para a realização das provas. Nesse caso, o candidato será acompanhado por fiscal da CONSULPLAN devidamente treinado, para o qual deverá ditar o texto, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de pontuação.
2. A folha de texto definitivo da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada, nem conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de anulação da prova discursiva. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição de texto definitivo acarretará a anulação da prova discursiva.
3. A folha de texto definitivo será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho no caderno de provas é de preenchimento facultativo e não valerá para avaliação.
4. A folha de texto definitivo não será substituída por erro de preenchimento do candidato.

Textos de referência

Texto I

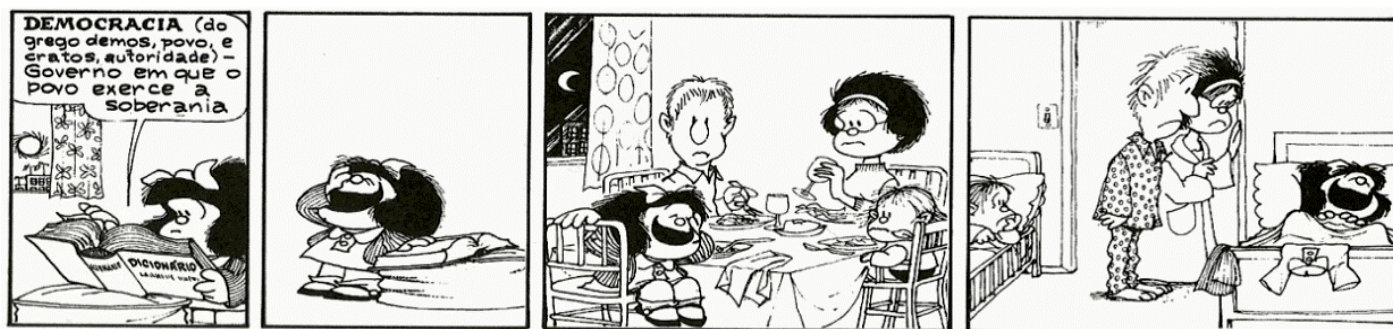
‘Política’ vem de polis, cidade. A cidade era, para os gregos, um espaço seguro, ordenado e manso, onde os homens podiam se dedicar à busca da felicidade. O político seria aquele que cuidaria desse espaço. A vocação política, assim, estaria a serviço da felicidade dos moradores da cidade. (...)

Vocação é diferente de profissão. Na vocação a pessoa encontra a felicidade na própria ação. Na profissão, o prazer se encontra não na ação. O prazer está no ganho que dela se deriva. (...)

Nosso futuro depende dessa luta entre políticos por vocação e políticos por profissão. O triste é que muitos que sentem o chamado da política não têm coragem de atendê-lo, por medo da vergonha de serem confundidos com gigolôs e de terem de conviver com gigolôs.

(ALVES, Rubem. In: Folha de S. Paulo, 19/05/2000)

Texto II



(Toda Mafalda – da Primeira a Última Tira – Quino)

Texto III

A maioria dos governos no Oriente Médio está falhando ao reconhecer a importância da Primavera Árabe e responde com repressão e mudanças meramente superficiais às demandas do povo, afirma o último relatório da Anistia Internacional sobre a região.

“Com raras exceções, os governos falharam em reconhecer que tudo mudou”, diz no relatório Philip Luther, diretor interino da Anistia Internacional para Oriente Médio e o Norte da África. “Eles querem mudanças concretas em relação à forma como são governados e querem que os crimes do passado sejam punidos”.

(Disponível em 15/02/2012 – <http://oglobo.globo.com/>)

Texto IV

“Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.”

(Constituição da República Federativa do Brasil de 1988)

Nos nossos dias, temos visto e acompanhado movimentos revolucionários e derrubada de ditadores cada vez mais frequentes em todo o mundo: Espanha, Grécia, Nova York, Mundo Árabe... O Brasil teve, em sua história, movimentos sociais que o conduziram à Democracia que vivemos hoje. Diante de tais fatos, algumas questões exigem reflexões e discussões sérias por parte da sociedade.

Considerando os textos de referência, discorra sobre a participação social através do voto, instrumento prático de cidadania, tendo em vista os direitos e deveres do eleitor e do eleito.

REDAÇÃO

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	

RASCUNHO